

1. Identificação da entidade

EXERCÍCIO DE 2019

Handwritten signature and stamp:
Café...
[Circular stamp]

A associação CASL- Casa de Acolhimento Sol Nascente, contribuinte n.º 504840312, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída em 2001, com sede na Rua da Eira, n.º 36 freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso exercendo a atividade de ação social para pessoas com deficiência.

Encontra-se registada na Direção Geral da Segurança Social, no livro II das Associações, sob o n.º 55/06, a fl. 64 desde 23/01/2001.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Em 2019, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL _ Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Autógrafa
Ca-f-Quim-arác

3.1.1 Compreensibilidade

As demonstrações financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Associados. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.2. Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos Associados, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.3. Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos Associados com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.4. Fiabilidade

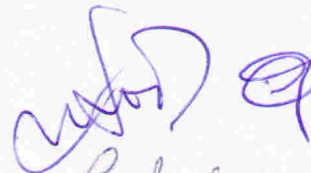
A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

3.1.5. Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.6. Substancia sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinando acontecimento.


Café Amarelo

3.1.7. Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.8. Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantém-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.9. Plenitude

A informação é fidedigna quando nas demonstrações financeiras se respeitam os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.10. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Fluxos de caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados.

Descrição	2019	2018
Caixa	38,76	2.220,66
Depósitos à ordem	48.037,72	405.315,72
Depósitos a prazo	0,00	473.277,50
Outros Instrumentos financeiros	4.000,00	4.000,00
Total	37.447,84	884.813,88

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3. Instrumentos Financeiros


Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

3.2.4. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.


Carla Lourenço

Verboer

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Dezembro 2019

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2019	2018
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		36 418,50	33 626,50
Subsídios à exploração.....		364 519,95	354 727,38
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....		(53 109,92)	(52 013,57)
Gastos com o pessoal.....		(210 613,29)	(209 711,75)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....		28 744,59	38 945,74
Outros rendimentos e ganhos.....		(325,19)	(103,11)
Outros gastos e perdas.....			
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		165 634,64	165 471,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(10 861,44)	(10 897,10)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		154 773,20	154 574,09
Juros e rendimentos similares obtidos.....		(6 475,49)	(5 400,65)
Juros e gastos similares suportados.....			
Resultado antes de impostos		148 297,71	149 173,44
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		148 297,71	149 173,44

Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

[Handwritten signature]

Pa-pa Carimant

BALANÇO INDIVIDUAL
Dezembro 2019

Montantes expressos em
EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis		93 660,12	104 521,56
Bens do Património histórico e cultural		121,00	121,00
Propriedades de Investimento			
Investimentos Financeiros			
Investimentos em curso			
Fundadores/beneméritos/patro/doad/ass. e membros			
Outros			
		1 483	
		215,37	435 279,24
Activo corrente:			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos		27 913,47	9 532,54
Fundadores/beneméritos/patro/doad/ass. e membros			
Outras contas a receber			
Diferimentos		2 241,25	846,80
Outros activos financeiros		4 000,00	4 000,00
Caixa e depósitos bancários			
		63 602,56	895 193,22
		1 546	1 330
		817,93	472,46
Total do Activo			

Carla Guimarães

5. Ativos Fixos Tangíveis

Paulo
Carla Aníma

Classe de ativos \ Valores apurados		Edifícios e O. Construções	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Administrativo	O. Ativos Tangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado	63.104,55	21.794,31	128.146,17	17.536,19	5.865,57
	Amortização acumulada + perdas por imparidade	26.706,26	962,16	97.770,24	17.593,72	5.865,57
Período	Aquisições					
	Alienações					
	Activos classificados como detidos p/ venda					
	Amortização do período	3.073,67	166,33	7.487,81	133,64	
	Perdas por imparidade					
	Revalorizações					
	Outras alterações					
Fim do período	Valor bruto escriturado	63.104,55	21.794,31	128.146,17	17.536,19	5.865,57
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)	32.854,24	1.294,82	105.258,05	17.860,99	5.865,57

6. Custo dos empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos em 2019 como gastos

Descrição	2019		
	Corrente	Não Corrente	Total
BPI	0,00	6.475,49	6.475,49
CGD	0,00	0,00	0,00
Montepio	0,00	0,00	0,00
Total			6.475,49

O reembolso da dívida da entidade referente ao empréstimo obtido detalham-se como se segue:

Descrição	2019		
	Capital	Juros	Total
BPI	38.709,68	6.475,49	45.185,17
CGD	0,00	0,00	0,00
Montepio	0,00	0,00	0,00
Total	38.709,68	6.475,49	45.185,17

7. Investimentos em Curso

A Entidade encontra-se a construir o edifício para o Lar Residencial tendo até ao final do presente exercício efetuado um investimento no valor de 1.386.325,49€.

8. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Comparticipações do Sector Público":

Descrição	2019			2018			
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
I.S.Social	Não Reembolsável			362.610,60			350.435,73
IEFP	Não Reembolsável			0,00			1.616,25
Autarquia	Não Reembolsável			524,00			524,00
INR	Não Reembolsável			1.385,35			2.151,40
Total				364.519,95			354.727,38

9. Benefícios dos empregados

O número de Membros dos órgãos Sociais, os períodos de 2019 e 2018, foi de 18 elementos sem qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 12 (inclui estágios profissionais e apoio à contratação de estímulo Emprego).

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	175.422,54	178.036,20
Encargos sobre as Remunerações	35.064,00	30.451,54
Seguros de Acidentes de trabalho	126,75	694,01
Outros Gastos com o Pessoal-Formação	0,00	530,00
Total	210.613,29	209.711,75

BALANÇO INDIVIDUAL

Dezembro 2019

Montantes expressos em
EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Fundos			
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
		954 902,32	805 728,88
Resultado líquido do período.....		148 297,71	149 173,44
		1 103 200,03	954 902,32
		1 103	
Total do fundo de capital		200,03	954 902,32
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente:			
Fornecedores		23 350,87	4 742,36
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		11 724,33	11 641,55
Fundadores/beneméritos/patro/doad/ass. e membros			
Financiamentos obtidos		241 935,50	280 645,18
Diferimentos		166 607,20	78 541,05
Outras contas a pagar			
Outros passivos financeiros			
		443 617,90	375 570,14
Total do passivo		443 617,90	375 570,14
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 546 817,93	1 330 472,46

Handwritten signature in blue ink at the top right of the page.

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não são conhecidas à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Monte Córdova, 12 de Março de 2020

A Presidente

Handwritten signature of the President in blue ink.

Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant in blue ink.

Handwritten signature in blue ink, possibly a member of the Council.

Handwritten signature in blue ink, possibly a member of the Council.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, a CASL-Casa de Acolhimento Sol Nascente, com sede na Rua da Eira, n.º 36, freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, desenvolvemos a nossa atividade durante o ano de 2019, tendo verificado livros e registos contabilísticos e acompanhado a gestão global da associação.

Verificamos o Relatório da Direcção e a Demonstração dos Resultados a 31 de dezembro de 2019 e é nossa opinião que se encontram de acordo com as normas e os princípios contabilísticos legais.

Desta forma, damos o nosso acordo aos valores apresentados, que consideramos traduziram a situação económico-financeira da associação, pelo que propomos que sejam aprovados:

- O Relatório da Direcção, Balanço e Demonstração dos Resultados referentes a 31 de dezembro de 2019;

- A proposta da Direcção quanto à aplicação do resultado líquido do exercício positivo é de 148.297,71 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e noventa e sete euros e setenta e um cêntimos) para Resultados Transitados;

e que seja reconhecido igualmente o esforço desenvolvido pela Direcção e pelos Serviços.

O CONSELHO FISCAL

Alexandra Maria Malheiro Pereira
Alexandra Maria Malheiro Pereira

Ana Maria Caldas Melo Machado
Ana Maria Caldas Machado

Armando Silva Fernandes
Armando Silva Fernandes

Monte Córdova, 12 de Março de 2020